



Pesquisa e Educação na Contemporaneidade: Perspectivas Teórico-Methodológicas
Caruaru, 13 e 14 de setembro de 2012

Eixo Temático 1- Educação diversidade cultural e processos de produção de desigualdades

A CRIANÇA COM NECESSIDADE ESPECIAL NA ESCOLA DO CAMPO

LOPES, Lidiana Aparecida. (UFPE)

OLIVEIRA, Amanda N. S¹. (UFPE)

RESUMO: Este artigo busca refletir sobre o lugar da criança especial na escola do campo na perspectiva inclusiva. Nesse sentido, buscou-se abordar as questões de acessibilidade, e inclusão de crianças com alguma deficiência na instituição escolar campesina a qual deveria ser assegurada por lei e por direito. Os principais autores que dialogamos foram principalmente Minetto (2008), Manzini (2010) e Alves (2010) além de outros. A metodologia utilizada é de cunho qualitativo através de análise documental e entrevistas. Este estudo se deu entre os meses de Março a Maio de 2012 em uma escola do campo na cidade de Caruaru - PE. As nossas conclusões apontam para o entendimento de que na realidade a inclusão não vem se efetivando no que se refere ao acesso à educação regular das escolas públicas, principalmente nas escolas do campo.

Palavras chave: educação inclusiva, escola do campo, acessibilidade, necessidade especial.

1- INTRODUÇÃO

Por muito tempo famílias brasileiras buscaram e lutaram por direitos e lugar na sociedade, especialmente aqueles que em sua família possuem sujeitos com algum tipo de deficiência. Sabe-se que ao longo da nossa história, lutas foram travadas por igualdades e exercício de cidadania por estes, que em geral, foram excluídos e esquecidos pelo Estado, e

¹ Graduandas do curso de Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste. E-mails: amanda_nascimento_22@hotmail.com; lidiana_lopes@hotmail.com.

pela própria sociedade, para então, se chegar a algumas conquistas nas leis presente na constituição do país.

A inclusão é um fato atual, um tema já bastante discutido e ainda pouco entendido. Quando falamos nesta temática, estamos desejando, sonhando com uma educação que realmente inclua e assuma a luta pela liberdade e igualdade de direitos. Certamente, alguns segmentos da sociedade tem se preocupado com a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais na escola, e com as mudanças das demandas vigentes. No entanto, ainda são poucas as iniciativas diante das reais necessidades desse grupo de pessoas, havendo uma necessidade de reflexão, e de ousar romper com estruturas estabelecidas a fim de uma efetivação na inclusão para o sujeito com necessidades especiais. A educação tem esse potencial de transformação de estruturas e mentalidades, fica evidente o quanto podem ser oferecidas novas perspectivas de vida aos seres humanos independente de suas necessidades. Minetto (2008) salienta que “a educação é responsável pela socialização, q é a possibilidade de convívio com qualidade de vida, de uma pessoa na sociedade (.. (MINETTO, 2008, p. 19,20).

Nesse sentido, elencamos essa discussão baseadas na Declaração de Salamanca, aprovada na Conferencia Mundial de Educação Especial de 1994, considerada um marco na luta por direitos das pessoas com algum tipo de deficiência, por estas poderem então encontrar caminhos e esperança de se incluir e tornar-se sujeito integrante da sociedade. Em uma de suas medidas defendem que:

todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar seus desejos em relação a educação. Os pais têm o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor capacite às necessidades circunstanciais e as aspirações de seus filhos. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 6).

Entretanto, muitas metas estabelecidas na lei não foram suficientemente colocadas em prática, principalmente no que diz respeito ao acesso à educação nas escolas regulares e nos espaços de trabalho na área urbana e principalmente nas áreas rurais. Neste sentido, este artigo buscou refletir sobre os conceitos de inclusão e acessibilidade numa instituição escolar campesina.

Para tanto, se objetivou compreender qual o lugar da criança especial na escola do campo. Concomitante a isto, buscou-se refletir e compreender as formas de acesso e tratamento de crianças que tentam se incluir na sociedade por meio da instituição escolar, esta localizada no campo também tão esquecida, como os sujeitos que dela fazem parte.

2- Apresentando o campo e os procedimentos de trabalho

O referido campo de estudo localiza-se na área rural de Caruaru – PE, com um total de 143 crianças distribuídas entre as modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, tendo dentre estes, algumas crianças especiais “incluídas” na educação regular dessa instituição. O estudo foi proposto a se desenvolver na perspectiva do método qualitativo para um estudo com enfoque etnográfico, conforme defende André (1995) “a pesquisa do tipo etnográfica, que se caracteriza fundamentalmente por um contato direto do pesquisador com a situação pesquisada, permite reconstruir os processos e as relações que configuram a experiência escolar diária” (p. 41). A pesquisa qualitativa se justifica por se trabalhar “com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. (MINAYO, 2004, p. 22)

Na procura de obter, sistematizar e compreender a realidade do campo analisado, o trabalho seguiu uma proposta de coleta de dados por meio de análise documental, sendo ele o projeto político-pedagógico da escola e do diário de campo que é um instrumento de grande valia nas anotações coletadas no âmbito escolar. Sobre o diário de campo, Neto (2004) diz que:

(...) é um instrumento ao qual recorreremos em qualquer momento da rotina do trabalho que estamos realizando. Ele na verdade, é um “amigo silencioso” que não pode ser subestimado quanto à sua importância. Nele diariamente podemos colocar nossas percepções, angustias questionamentos e informações que não são obtidas através da utilização de outras técnicas. (2004, p. 63).

Para responder aos questionamentos foi utilizado como um dos métodos da coleta de dados a entrevista semi-estruturada para uma melhor compreensão e flexibilidade. Tal método permite que:

as questões, nesse caso, deverão ser formuladas de forma a permitir que o sujeito discorra e verbalize seus pensamentos, tendências e reflexões sobre os temas apresentados. O questionamento é mais profundo e, também mais subjetivo, levando ambos a um relacionamento recíproco, muitas vezes, de confiabilidade. Frequentemente, elas dizem respeito a uma avaliação de crenças, sentimentos, valores, atitudes, razões e motivos acompanhados de fatos. (ROSA, 2008, p. 30,31).

Com base nessas contribuições teóricas e metodológicas, salientamos estas como de grande relevância para análise e interpretação do que foi coletado, para que deste modo seja possível uma aproximação da temática investigada.

3. O campo e a escola do campo

Ao fazer uma análise histórica sobre a educação do campo, fica evidente que esta sempre foi vista com desprestígio e preconceito por governantes e parte da sociedade no que se refere ao direito ao acesso a educação formal.

De acordo com Ferreira e Brandão (2011), a educação de um modo geral sempre foi voltada para as pessoas mais abastardas da sociedade e as que podiam se deslocar para os grandes centros para receberem uma educação intelectual. No entanto, uma parte significativa da sociedade principalmente as pessoas que viviam ou ainda vivem no campo ainda se encontram em desvantagem no que se refere à questão de uma educação de qualidade que atenda as suas especificidades, pois, estes ficaram por longos anos a margem da sociedade em situação de exclusão por não serem atendidos com uma educação de qualidade que se preocupasse com uma formação cidadã voltada para o contexto ao qual o sujeito está inserido. Desse modo,

(...) os povos do campo tem uma raiz cultural própria, um jeito de viver e de trabalhar, distinta do mundo urbano, e que inclui diferentes maneiras de ver e de se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente, bem como de viver e de organizar a família, a comunidade, o trabalho e a educação. Nos processos que produzem sua existência vão também se produzindo como seres humanos “Por uma Educação do Campo.” (CERIOLI E CALDART apud ALVES, 2009, p. 110).

Diante deste contexto, surgiram inquietações e a necessidade de serem tomadas medidas por parte de alguns governantes para as pessoas do campo, trazemos como exemplo, a LDB que garante o atendimento em instituições rurais às pessoas do campo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu artigo 28 enfatiza que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, p.9).

Contudo, mesmo o atendimento das pessoas que vivem no campo serem garantidos por lei, estes sujeitos, assim como alguns grupos sociais tem sido esquecidos em suas especificidades e sofrido com o descaso e o silêncio nestes espaços educativos. Mas ainda assim, percebem-se lutas através dos movimentos sociais e por parte de alguns estudiosos que acreditam em uma educação de qualidade também no campo e para o campo.

Embora o progresso na cidade tenha estimulado o êxodo campesino, esse fato é decorrente da falta de políticas de manutenção para o homem do campo e de possibilidade de articular saberes nesta localidade através de proposta de ensino nas escolas campesinas. Um exemplo é a precariedade dos espaços educativos; o atendimento em níveis de ensino limitados (geralmente só são ofertadas no campo, a Educação Infantil e Ensino Fundamental I); também as proposta ofertadas são de ideias urbanas, que não possuem nenhum significado para os que vivem no campo. É evidente a carência e desinteresse das autoridades em oportunizar uma educação de qualidade para estes sujeitos.

Assim, além das dificuldades presentes no cotidiano, ao se falar de acesso de pessoas especiais nas escolas do campo, as dificuldades enfrentadas são bem maiores por estes, que quando conseguem uma vaga nesse espaço, lidam com outros fatores problemáticos como a falta de profissionais adequados para o atendimento, a permanência, entre tantos outros que não cabe aqui enumerar. Em decorrência disso, há um fracasso escolar evidente e a evasão é só uma questão de tempo.

3.1. A Inclusão de Crianças Portadora de Necessidades Especiais na Escola

A questão da inclusão de crianças com necessidades especiais numa sala de ensino regular não é uma realidade tão comum de se encontrar. A perspectiva que se encontra hoje muitas escolas é de espaços que não se adequaram ou não se reformularam para receber uma criança com necessidades especiais, existe um grande despreparo e abandono em muitas instituições gerando medo, preconceito e a exclusão de sujeitos que necessita de atendimento especial adequado, mesmo esse atendimento sendo garantido por lei como dito anteriormente.

No bojo dessa discussão, embasadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 em seu artigo 58º e nos incisos 1º, 2º, 3º, nos diz que:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, p. 21).

É partindo dessa lei que nos transportaremos por meio desse estudo conhecer o processo de educação inclusiva para crianças com necessidades especiais. A educação é um processo que começa no berço familiar ainda bem cedo nos primeiros meses de vida, e continua nos relacionamentos extra familiares, no trabalho, nas organizações sociais e principalmente na escola. Com base nesse reconhecimento é que se constrói uma sociedade inclusivista, que respeita cada sujeito com suas particularidades sem distinção. Ao Considerarmos que o preconceito é o principal elemento da exclusão, principalmente no que se refere às pessoas com necessidades especiais, percebe-se que a educação é um elemento que norteia o êxodo do estado desumano em que vive a sociedade.

Indo ao encontro desse propósito, a Declaração de Salamanca de 1994 salienta que a escola inclusiva deve se adequar as necessidades de cada criança seja ela de aprendizagem ou de alguma outra necessidade. Dessa forma, esta estaria oferecendo oportunidades de aprendizagem e de inclusão através do ensino. A escola inclusiva nesta perspectiva oportunizaria uma educação emancipatória com princípios políticos e sociais preocupada com a formação cidadã dos seus indivíduos.

Sob a ótica de Carvalho (2007), a luta pela inclusão escolar é uma luta pela melhoria da qualidade de acesso e oferecimento da educação para todas as crianças sem distinção de raça, cor, etnia ou necessidades especiais. Todas as crianças são especiais e tem suas próprias diferenças, com essa mentalidade estaríamos ao passo de concretização de uma educação inclusiva. Ainda segundo Carvalho (2007), “a escola para todos, a escola inclusiva, tem como princípio fundamental que todas as crianças devem aprender juntas sempre que possível, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças”. (p.62).

Neste sentido, Minetto (2008), salienta que é necessário que haja uma adequação no espaço escolar a fim de garantir a inclusão de crianças com necessidades especiais. Adequações essas como, estruturais, pedagógicas e curriculares. Estruturais para receber essas crianças com segurança e conforto de acordo com a sua necessidade; Pedagógica, através de projetos específicos para favorecer o desenvolvimento, a integração e o aprendizado, também profissionais capacitados e disponíveis a aprimorar seus conhecimentos para melhor atendê-las. E por fim, um currículo que vise à necessidade da inclusão em seus objetivos estipulados através de planejamento e adaptações necessárias para cada particularidade. Um currículo elaborado nesta perspectiva busca estabelecer estratégias de ensino, aprendizagem e socialização de forma flexível e dialógica, na qual direciona para o rompimento da ideia de padronização dos alunos.

3.2. A acessibilidade validando a questão da inclusão

Diferentemente do que muitas pessoas pensam, no campo também existem pessoas com algum tipo de deficiência que sofrem os mesmos problemas de assistência, aceitação familiar e da população no geral, ficando à margem da sociedade.

Haja vista as recentes discussões e implementação de leis que atendem pessoas com necessidades especiais em diferentes estabelecimentos, passaram por algumas mudanças significativas no contexto social. Deste modo, a escola como não podia ficar de fora, teve de se adequar as novas demandas (ou pelo menos deveria), abrindo as portas para essas pessoas de maneira a integrá-las ao convívio e vida social, tendo como referência a acessibilidade.

A questão da acessibilidade no contexto escolar favorece a liberdade do portador de necessidade especial possibilitando a interação e a integração entre os indivíduos, além de promover o desenvolvimento, as relações interpessoais e o respeito às diferenças entre os alunos. Um ambiente inacessível torna-se um ambiente segregador e excludente propício ao preconceito onde as barreiras muitas vezes podem tornar-se em impedimento de se locomover, de se expressar e de utilizar todos os espaços com autonomia. Desse modo, Nunes (2010) enfatiza que:

O conceito de acessibilidade extrapola as barreiras concretas da sociedade, passando a enfatizar o direito de ingresso, permanência e utilização de todos os bens e serviços sociais por toda a população. (Nunes, et al.2010, p.270).

Todavia, assim como outros espaços públicos e privados em suas tentativas frustradas de possibilitar o acesso de pessoas especiais aos seus espaços, que na prática não obtiveram muitos resultados esperados, o mesmo tem ocorrido com as escolas, sobretudo, as campesinas esquecidas pela sociedade.

É necessário ofertar às escolas condições de acessibilidade em: edificações, meios de comunicação e informação e recursos didáticos, bem como formação adequada aos profissionais que atuarão no processo educativo das crianças. (Manzini et al, 2010, p.286).

Alguns órgãos responsáveis pela educação até que tentaram colocar em prática, medidas que possibilitem o acesso de todos os sujeitos especiais na escola, porém só fazer rampas e dispor de crianças em salas despreparadas para o atendimento àquele aprendiz, tem causado mais problemas do que os já existentes na instituição, pois as dificuldades existentes são inúmeras: vão desde o espaço físico à falta de recursos pedagógicos

adequados e ajuda médica, além do despreparo dos educadores ao lidar com crianças especiais na escola. Visto que, o problema não se limita apenas a deficiência física, mas, também as voltadas às necessidades educacionais especiais e os déficits. A construção de um ambiente social favorável para a aprendizagem possibilita um ambiente acessível e propício para a interação e o desenvolvimento cognitivo.

Falar de acessibilidade pressupõe falar em inclusão, que para se efetivar requer dois princípios essenciais: a remoção de eventuais barreiras impeditivas de aprendizagem com sucesso e fomentar propostas pedagógicas adequadas às diversas necessidades de aprendizagem. (Mirada et al , 2010, p. 299).

Diante dessas discussões, percebe-se que tem havido poucas ações que viabilizem o processo integral dos sujeitos ao adentrar nas instituições regulares de ensino, pois o não saber lidar com questões que diferenciem a receptividade daqueles sujeitos especiais à aprendizagem resulta o fato de não saber “fazer” para que ele aprenda o desprezo e por vezes a exclusão. A simples presença de crianças na sala de aula, não representa de fato encaminhamentos de inclusão, tão pouco de proporcionar-lhe direções para independência e vida comum a todos os sujeitos inseridos na sociedade.

4. Dialogando com os dados

Ao longo das visitas feitas ao campo de estudo, percebe-se de início a dificuldade de acesso de alguns sujeitos com limitações físicas, isto porque a estrutura da escola contém vários degraus que limita a entrada de alunos com deficiência física e/ou cadeirantes. Logo já apresentava problemas de acessibilidade, o que se contradiz quando falamos de escolas inclusivas uma vez que:

(...) a educação inclusiva vem exigindo a revisão de conceitos e práticas decorrentes, no sentido da valorização do sujeito, não mais no papel de paciente, mas sim como ator da própria (re) habilitação. (Manzini et al, 2012, p. 272).

Nas palavras do autor, isso repercute quando nos indagamos sobre as facilidades ou dificuldades de acolhimento de crianças pelos profissionais da escola ao receber sujeitos especiais na sala de aula regular. Partindo disto, ao perguntarmos aos professores se na opinião deles a escola age como inclusiva, a respostas foram as seguinte:

“Não. Falta estrutura e profissionais capacitados” (P¹)

“

Não sabemos lidar com eles. (P²)

O que estas falas nos mostram são inquietações que permeiam as escolas ao ter presente pessoas com necessidades especiais e que configuram a preocupação em repensar práticas cotidianas de atendimento a essas pessoas. Concordamos com Machado 2009 quando nos diz:

(...) essas modalidades de informação para professores de ensino regular devem ser revistas, de forma que atenda aos princípios da inclusão escolar. Não haverá necessidade de enfatizar os aspectos clínicos e especializados da deficiência, como há muito tempo temos feito, mas teremos de buscar estudos que levem a uma profunda revisão das práticas pedagógicas, acompanhadas de estudos teóricos inovadores e atualizados (p. 96).

Não podemos deixar de enfatizar que essas dificuldades também acontecem devido a vários fatores, sobretudo de um trabalho conjunto, no qual ambos os atores escolares necessitam buscar estratégias de enfrentamento de problemas relacionados aos direcionamentos da aprendizagem a partir da troca de informações e experiências, com o envolvimento também da família de crianças especiais.

“Não temos salas com recursos apropriados para atender as necessidades destes alunos, deveria ter mais apoio pedagógico”. (P¹)

“Quando falamos para as mães sobre as dificuldades que temos, temos até pena delas, porque nem elas sabem direito como lidar com esses filhos.

“(P²)

Nesse sentido, verifica-se a preocupação em ao mesmo tempo dar conta das demandas atuais escolares em lidar com sujeitos especiais, bem como a falta de despreparo

destes que constituem a escola uma vez que não se é dada ênfase nas discussões sobre o currículo, propostas pedagógicas que atendam essas pessoas bem como o desinteresse de órgãos governamentais em ofertar espaços adequados com qualidade e assistência para os sujeitos com necessidades especiais.

Muitas das instituições de ensino encontram-se inadequadas até mesmo para o público que não necessita de atenção especial sendo precárias as condições de acesso e permanência dos mesmos, sendo mais grave a situação daqueles que estudam em escolas campesinas que assim como as crianças especiais, sempre foi alvo de esquecimento e de preconceito da sociedade.

5. Breves considerações

Como visto as pessoas com alguma necessidade especial vem ganhando espaço nas batalhas por reconhecimento e garantia de direitos. Entretanto na realidade, isso não vem se efetivando muito nos setores públicos, sobretudo no acesso à educação regular das escolas públicas, pois falta muito investimento e adequação às condições de acolhimento desses sujeitos principalmente no e do campo.

Durante as visitas, pode-se perceber que na verdade o que está mais presente é a integração dessas pessoas nesse espaço educativo do que a própria inclusão, pois não é realidade ainda, dispor de profissionais capacitados para lidar com crianças especiais na educação regular, também as condições estruturais da escola, que garanta a presença de sujeitos com vários tipos de deficiência com segurança e conforto, como é assegurado por lei. A inclusão também não se efetiva para todos os sujeitos que freqüentam a escola do campo, pois, as condições estruturais, de acesso e permanência são muito precárias não sendo oferecida deste modo, uma educação de qualidade como é garantido.

Além de integrar, muitas crianças ainda estão fora da escola, pois, dependendo do tipo e grau de deficiência, a instituição formadora recusa-se a aceitá-las com medo de não dar conta da aprendizagem desses sujeitos ou mesmo pelo preconceito dos pais e da comunidade local.

Desse modo, fica notória a compreensão de que ainda há muitos caminhos a percorrer por aqueles sujeitos especiais em tentar fazer parte de um grupo social maior, que

é a sociedade. Através caminho talvez mais favorecedor que é a escola e que tem a função libertadora.

6- Referências

ALVES, Gilberto Luiz. Discursos sobre educação no campo: ou como a teoria pode colocar um pouco de luz num campo muito obscuro. In: ALVES, Gilberto Luiz. (org.). **Educação no campo: recortes no tempo e no espaço.** – Campinas, SP: Autores Associados, 2009. - (coleção educação contemporânea).

BAPTISTA, Cláudio Roberto. CAIADO, Kátia Regina Moreno. JESUS, Denise Meyreles de. (Orgs). **Educação Especial: Diálogo e Pluralidade.** Porto Alegre: Mediação, 2010.

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996** – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

CARVALHO, Rosita Edler. **A Nova LDB e a Educação Especial.** – Rio de Janeiro: WVA, 1997. 139 P.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. **Educação do Campo: um olhar histórico, uma realidade concreta.** Revista eletrônica de Educação. Ano V. nº 09, jul./dez. 2011. Disponível em: http://www.unifil.br/portal/arquivos/publicações/paginas/2012/1/413_546_publipg.pdf: Acesso em 20/05/2012.

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri. BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho. (Orgs). **Educação Especial: do querer ao fazer.** São Paulo: Civercamp, 2003.

MACHADO, Rosângela. **Educação Especial na escola inclusiva: Políticas, paradigmas e práticas.** 1ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio.** – 2 ed. – Curitiba: Ibpx, 2008.